PARECER UNATRI/SEFAZ N° 719/06

ASSUNTO: Consulta acerca de cobrança de ICMS- Antecipado na entrada de peças para substituição em garantia

CONCLUSÃO: Na forma do parecer

O contribuinte acima qualificado, que presta assistência técnica autorizada de fabricantes de celular, formula consulta acerca da incidência de ICMS-Antecipado sobre a entrada, neste Estado, de peças adquiridas para substituição em garantia.

Preliminarmente, esclarecemos que, na falta de especificação do contribuinte, analisamos a consulta com relação ao ICMS- Antecipado Total.

O Decreto nº 12.110, de 22/02/2005, que altera dispositivos do Dec. 7.560/89, incluiu os terminais portáteis de telefonia celular, terminais móveis de telefonia celular para veículos automóveis e outros aparelhos transmissores, com aparelho receptor incorporado, de telefonia celular, a partir de 1º de janeiro de 2006, e suas partes peças e acessórios, a partir de 1º de março de 2006., na sistemática de substituição tributária.

Essa forma de tributação consiste na cobrança do imposto, em uma única fase, antes da ocorrência do fato gerador, podendo ser operacionalizada através de retenção na fonte pelo contribuinte substituto ou por antecipação total do imposto, recolhido no momento da passagem da mercadoria pela primeira unidade fazendária estadual. Nessa sistemática de tributação, não há mais incidência do imposto em questão nas operações subsequentes.

Em face do disposto no art. 21, inciso III, alínea “c”, item 24, entendemos que há incidência de ICMS-Antecipação Total sobre a operação de entrada da nova mercadoria, ainda que ele se destine a substituição em garantia.

Contudo, salientamos que o contribuinte que devolve mercadoria sujeita a substituição tem direito ao ressarcimento do ICMS recolhido a esse título, referente à mercadoria devolvida, conforme determina o art. 33, inciso II, do Dec. nº 7.560/89.

Para viabilizar o ressarcimento, é necessária a comprovação do recolhimento do imposto (Documento de Arrecadação- DAR), da entrada e da devolução da mercadoria, através das respectivas notas fiscais, e a emissão da nota fiscal referente ao crédito de ICMS, emitida nos termos definidos no art. 33, parágrafo 2º do decreto acima citado. Informamos, ainda, que os procedimentos referentes ao ressarcimento de ICMS-Substituição encontram-se disciplinadas na Portaria GSF nº 312, de 09 de setembro de 2005.

È o parecer, salvo melhor juízo.

UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA - UNATRI, em
Teresina, 10 de maio de 2006.

LÍSIA MARQUES MARTINS VILARINHO

AFTE - mat. 86.191-0

PAULO ROBERTO DE HOLANDA MONTEIRO

Diretor/UNATRI

Aprovo o parecer

Cientifique-se ao interessado.

Em: ___/___/___

EMÍLIO JOAQUIM DE OLIVEIRA JÚNIOR

Superintendente da Receita